



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Vara Regional Empresarial de Porto Alegre**

Rua Manoelito de Ornellas, 50, Sala 803 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6758 - Email: frpoacentvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5220694-87.2022.8.21.0001/RS**

**AUTOR:** OBSTAR SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA - MASSA FALIDA

**SENTENÇA**

*DIREITO EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. FALÊNCIA. PEDIDO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO FALIMENTAR. INCIDENTES DE HABILITAÇÃO DE CRÉDITO PENDENTES. INEXISTÊNCIA DE ATIVO. EXAURIMENTO DA FINALIDADE DO PROCESSO. ARTIGOS 156, 158, VI, E 159 DA LEI Nº 11.101/2005. POSSIBILIDADE DE ENCERRAMENTO ANTES DO JULGAMENTO DOS INCIDENTES. RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. REABERTURA EM CASO DE LOCALIZAÇÃO DE BENS. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA DEFERIDO.*

Trata-se de processo de falência da empresa OBSTAR SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA., em que a Administradora Judicial, MEDEIROS ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, apresentou manifestação no evento 789, requerendo a reconsideração da decisão proferida no evento 780, que determinou o aguardo da resolução definitiva dos incidentes de habilitação de crédito mencionados na certidão do evento 775, antes de apreciar o pedido de encerramento do processo falimentar.

A Administradora Judicial fundamenta seu pedido no fato de que foram concluídos todos os atos de arrecadação e realização do ativo, bem como de distribuição ao concurso de credores, não havendo mais bens, valores ou saldo disponível a serem distribuídos aos credores. Argumenta que a eventual determinação de habilitação de créditos em nada alteraria a situação fática do processo falimentar, pois não há ativo disponível sob gestão da Massa Falida para satisfazer essa pretensão.

O Ministério Público, no evento 792, manifestou-se pelo não acolhimento do pedido de reconsideração formulado pela Administradora Judicial, opinando pela manutenção da decisão proferida no evento 780 até a resolução definitiva dos incidentes pendentes. Fundamentou seu parecer na necessidade de resguardar eventual ingresso de novos valores, hipótese em que os credores habilitados poderiam pleitear rateio complementar, garantindo-se a preservação dos direitos creditórios e a observância do princípio da paridade entre os credores.

É o relatório. Decido.

O pedido de encerramento da falência formulado pela Administradora Judicial merece acolhimento.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Vara Regional Empresarial de Porto Alegre**

Conforme se depreende dos autos, especialmente do relatório apresentado no evento 769, foram concluídos todos os atos de arrecadação e realização do ativo, bem como de distribuição ao concurso de credores, tendo sido perfectibilizada a destinação de todos os recursos financeiros, cumprindo-se, assim, a finalidade precípua do processo falimentar.

A Lei nº 11.101/2005, em seu art. 156, estabelece que, apresentado o relatório final, o juiz encerrará a falência por sentença. O dispositivo legal não condiciona o encerramento da falência à resolução de todos os incidentes processuais, mas sim à conclusão da realização do ativo e da distribuição do produto entre os credores.

No caso em tela, restou demonstrado que não há mais bens, valores ou saldo disponível a serem distribuídos aos credores. Dessa forma, a eventual determinação de habilitação de créditos em nada alteraria a situação fática do processo falimentar, pois não há ativo disponível sob gestão da Massa Falida para satisfazer essa pretensão.

Condicionar o encerramento da falência ao julgamento de todos os incidentes de habilitação de crédito pendentes significaria prolongar indefinidamente o processo falimentar, sem qualquer utilidade prática, uma vez que, mesmo que sejam reconhecidos novos créditos, não haverá patrimônio para satisfazê-los.

Ressalte-se que o encerramento da falência não prejudica o direito dos credores cujas habilitações estão pendentes de julgamento, pois, nos termos do art. 159 da Lei nº 11.101/2005, as obrigações do falido não se extinguem pelo encerramento da falência, podendo os credores exercer suas ações individuais contra o devedor.

Ademais, caso eventualmente surjam novos bens após o encerramento da falência, o art. 159, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, prevê a possibilidade de reabertura do processo para arrecadação e liquidação desses bens.

Quanto à preocupação manifestada pelo Ministério Público acerca da possibilidade de ingresso de novos valores, entendo que tal hipótese é meramente especulativa e não justifica a manutenção do processo falimentar em aberto por tempo indeterminado, especialmente considerando que a própria Administradora Judicial, que tem conhecimento detalhado da situação patrimonial da falida, afirmou categoricamente a inexistência de ativos.

Assim, considerando que o processo falimentar já cumpriu sua finalidade precípua, qual seja, a arrecadação e realização do ativo e a distribuição do produto entre os credores, não há razão para mantê-lo em tramitação, aguardando o julgamento de incidentes que não terão efeito prático útil.

Isso posto, **DECLARO ENCERRADA A FALÊNCIA** de OBSTAR SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA - MASS., com a **EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DA FALIDA**, nos termos dos artigos 156 e 158, VI, da Lei nº 11.101/05.

Diante disso:



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Vara Regional Empresarial de Porto Alegre**

A) Publique-se o edital de que trata o art. 156, parágrafo único, da Lei 11.101/05.

B) Da presente sentença, intimem-se, de forma eletrônica, a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, de forma a cientificá-los do inteiro teor desta decisão.

C) Oficie-se à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para que esta realize a baixa do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), encaminhando cópia desta decisão.

D) Oficie-se à Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, noticiando o encerramento deste feito falimentar, remetendo-se cópia da presente sentença. No ofício deverá constar a chave de acesso do processo, para consulta.

E) Devolvam-se os livros contábeis aos falidos, caso entregues, e ainda não realizado. Não atendendo a nota de expediente, intime-se por carta. Retornando negativo o AR ou, sem manifestação, desde já fica autorizada a incineração.

F) Nos termos da fundamentação, declaro inexistente/extinta qualquer obrigação dos sócios, relativamente ao passivo da falida, nos termos do art. 158, VI, da lei 11.101/05.

G) Caso sobrevenha pedido de informações sobre a falência historiada nestes autos, determino que a serventia cartorária comunique aos eventuais solicitantes, sem necessidade de conclusão dos autos, que houve o encerramento do feito falimentar, por sentença, disponibilizando ao solicitante a chave dos presentes autos eletrônicos, para consulta.

G.1) Deverá a presente ordem ser anotada na capa destes autos eletrônicos, para futuro cumprimento cartorário (se for o caso), evitando-se desnecessário encaminhamento dos autos à conclusão.

H) Em razão da presente sentença, exonero o administrador judicial do encargo.

Publicação e registro eletrônicos agendados. Intimem-se.

Transitada em julgado a presente decisão, dê-se baixa aos presentes autos.

---

Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO SCHAFER, Juiz de Direito**, em 16/12/2025, às 13:09:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documentos](https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos), informando o código verificador **10097323872v3** e o código CRC **2153e955**.

---

5220694-87.2022.8.21.0001

10097323872.V3